



Ministério Público



MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO

SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL
MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

SUBPROCURADOR-GERAL JUDICIAL
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAUJO

OUIVIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO - PRESIDENTE
ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAUJO
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

DILMAR LOPES CAMERINO
DENNIS LIMA CALHEIROS
VICENTE FELIX CORREIA

JOSÉ ARTUR MELO
EDUARDO TAVARES MENDES*

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
MARCOS BARROS MÉRO
VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA
LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

*Afastado para exercício de mandato eletivo

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO - PRESIDENTE

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAUJO

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

HUMBERTO PIMENTEL COSTA

SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR

DELFINO COSTA NETO

DIRETOR DO CAOP

JOSÉ ANTÔNIO MALTA MARQUES

DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

CHEFE DE GABINETE

ALMIR JOSÉ CRESCENCIO

DIRETOR GERAL

CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL

DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO

IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO

DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO

JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS

DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

ARTHUR TAVARES DE CARVALHO BARROS

DIRETORA DE PESSOAL

DILMA ALVES DE QUEIROZ

DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS

CONSULTORA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA

ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO

JANAINA RIBEIRO SOARES

DIRETOR DA CONTROLADORIA INTERNA

PRISCILA GONÇALVES TENÓRIO LINS TEIXEIRA

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO, DESPACHOU, NO DIA 23 DE ABRIL DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 149/2018

Interessado: Fernando Antônio Vasco de Souza – Chefe da Seção de Licitação

Assunto: Req. providências

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa:

“Administrativo – Licitação – Modalidade Pregão Eletrônico – Fase Interna – Contratação de empresa especializada em serviços de pesquisa de opinião, para realizar diagnóstico da imagem do Ministério Público. Justificada a necessidade da contratação. Termo de Referência. Orçamento elaborado pelo Setor de Compras. Existência de dotação orçamentária e financeira. Minuta do Edital satisfaz as exigências legais, tudo consoante o Ato Normativo PGJ nº 06/2005, Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 5.450/2005, Lei Complementar nº 123/06, Lei Complementar nº 147/2014, e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pela aprovação do material confeccionado e autorização da abertura do certame.”

Proc: 863/2018

Interessado: João Elias de Holanda Gomes – Chefe da Seção de Engenharia

Assunto: Termo de referência

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa:

“Administrativo. Licitação. Modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço global. Fase Interna. Contratação de empresa de engenharia para execução de serviços comuns de reparos, consertos e manutenção predial, equipamentos que fazem parte de sua estrutura física, divisórias e equipamentos de segurança, com materiais necessários de forma preventiva e corretiva, voltadas à conservação e modernização das edificações utilizadas pelo Ministério Público do Estado de Alagoas. Justificada a necessidade da contratação para atendimento das demandas. Termo de Referência. Existência de dotação orçamentária e financeira. Pela aprovação do material confeccionado, com ulterior autorização do certame.”

Proc: 994/2018.

Interessado: Asplage.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa:

“Pedido de providências. Termo de abertura de projeto “Biblioteca Viva”. Elaboração consoante metodologia adotada pela Asplage, alinhamento ao Planejamento Estratégico 2011-2022 e endossado pelo responsável pelo objetivo estratégico. Parecer favorável da Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica. Informação da existência de disponibilidade financeira e orçamentária para o atendimento das propostas inseridas no projeto. Pelo deferimento”.

Proc: 1032/2018.

Interessado: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Alagoas – CREA/AL.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 1229/2018

Interessado: Fernando Antônio Vasco de Souza – Chefe da Seção de Licitação

Assunto: Requisição de contratação

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa:

“Administrativo. Licitações e Contratos. Serviços. Pedido de empenho para fornecimento de serviço de publicação de aviso em jornal de grande circulação nacional, para atender à necessidade do Ministério Público de Alagoas. Sistema de Registro de Preços – SRP. Existência. Contratação realizada através da Ata de Registro de Preços PGJ/AL nº 32/2017, item 2, do Pregão Eletrônico PGJ/AL nº 22/2017. Pelo deferimento, sugerindo ulterior emissão do empenho, bem como que o procedimento evolua às Diretorias de Programação e Orçamento e Contabilidade e Finanças para as providências cabíveis.”

Proc: 1230/2018

Interessado: Fernando Antônio Vasco de Souza – Chefe da Seção de Licitação

Assunto: Requisição de contratação

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: “Administrativo. Licitações e Contratos. Serviços. Pedido de empenho para fornecimento de serviço de publicação de aviso em jornal de grande circulação nacional, para atender à necessidade do Ministério Público de Alagoas. Sistema de Registro de Preços – SRP. Existência. Contratação realizada através da Ata de Registro de Preços PGJ/AL n° 32/2017, item 1, do Pregão Eletrônico PGJ/AL n° 22/2017. Pelo deferimento, sugerindo ulterior emissão do empenho, bem como que o procedimento evolua às Diretorias de Programação e Orçamento e Contabilidade e Finanças para as providências cabíveis.”

PIC 09/2017-GECOC.

Interessado: GECOC.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 02.2018.00001307-6.

Interessado: MINISTÉRIO DA FAZENDA - COAF.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos ao GAECO, com traslado ao GAESF e NUDEPAT, arquivando-se cópia dos autos nesta Procuradoria Geral de Justiça.

Proc: 02.2018.00001586-3.

Interessado: MINISTÉRIO DA FAZENDA - COAF.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos ao GAECO, com traslado ao GAESF e ao Nudapat, arquivando-se cópia dos autos nesta Procuradoria Geral de Justiça.

Proc: 02.2018.00001712-8.

Interessado: Tribunal de Contas do Estado de Alagoas – Gabinete do Conselheiro Anselmo Roberto de Almeida Brito.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 02.2018.00001718-3.

Interessado: Câmara Municipal de Vereadores de Major Izidoro - AL.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 02.2018.00001758-3.

Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE ALAGOAS.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Ao Setor de Protocolo para as medidas cabíveis objetivando o atendimento da solicitação contida à fl. 216.

Proc: 02.2018.00001826-0.

Interessado: Procuradoria Geral do Estado de Alagoas.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 02.2018.00001828-2.

Interessado: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face da informação de fl. 2, oficie-se ao interessado solicitando a remessa dos anexos descritos na inicial.

Proc: 02.2018.00001836-0.

Interessado: Conselho Estadual de Segurança Pública.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 02.2018.00001874-9.

Interessado: Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Alagoas.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: Ciente. Arquive-se.

Proc: 02.2018.00001898-2.

Interessado: PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DE ALAGOAS.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 23 de abril de 2018.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima
Analista do Ministério Público
Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ n° 188, DE 23 DE ABRIL DE 2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 1186/2018, RESOLVE designar a Dra. HYLZA PAIVA TORRES DE CASTRO, 1ª Promotora de Justiça de Coruripe, de 2ª entrância, para responder, sem prejuízo de suas atuais funções, pela 2ª Promotoria de Justiça de Coruripe durante a licença da Promotora de Justiça titular.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ n° 189, DE 23 DE ABRIL DE 2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o Dr. SAULO VENTURA DE HOLANDA, 9º Promotor de Justiça de Arapiraca, de 3ª entrância, para responder, sem prejuízo de suas atuais funções, pela 2ª Promotoria de Justiça de Arapiraca, de 3ª entrância, durante o afastamento da titular, revogando-se as disposições contidas na Portaria PGJ n° 1160, de 21 de novembro de 2017.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO

Procurador-Geral de Justiça

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO N° 03/2018

DAS PARTES: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, CNPJ n° 12.472.734/0001-52; INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ESPORTIVO E SOCIAL DO SERTÃO ALAGOANO – SOS CAATINGA, CNPJ n° 06.092.678/0001-28.

DO OBJETO: Intercâmbio técnico, científico e a promoção de ações integradas para a proteção do meio ambiente, especialmente do Bioma Caatinga e ecossistemas associados, bem como o desenvolvimento de projetos ambientais que permitam manter o atual estágio de preservação existente, contribuindo para a melhoria da qualidade e quantidade dos recursos hídricos, a proteção do solo, o enriquecimento da biodiversidade e o adensamento da vegetação de preservação permanente.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 116 da Lei Federal n° 8.666/93.

DO ÔNUS: Este instrumento não acarreta ônus financeiro, motivo pelo qual não se consigna dotação orçamentária.

DA VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura.

DATA DE ASSINATURA: 20 de abril de 2018.

SIGNATÁRIOS: Alfredo Gaspar de Mendonça Neto (Procurador-Geral de Justiça); Marcos Antônio Bezerra Araújo (Presidente do Instituto SOS Caatinga).

Direção-Geral

PORTARIA DG N° 20/2018

O Diretor-Geral da Procuradoria Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais e mediante delegação através da Portaria PGJ n° 193, de 24 de Janeiro de 2017, resolve designar o servidor, MARCOS ANDRÉ SOUZA DA ROCHA, matrícula n° 825261-0, como gestor e fiscal do Prédio-Sede; o servidor TEÓGENES CARDOSO TENÓRIO LISBOA, matrícula n° 826237-3 como fiscal do Prédio das Promotorias da Capital; a servidora MARIA MADALENA OLIVEIRA SIMÕES LEÃO, matrícula n° 825840-6, como fiscal do Prédio do Centro de Apoio Operacional; o servidor WARLLEY KALEU DA SILVA, matrícula n° 826140-7, como fiscal do Prédio da Promotoria de Arapiraca; a servidora WILMA DOS SANTOS CAVALCANTE, matrícula n° 8255016-6, como fiscal do Prédio da Promotoria de Justiça de São Miguel dos Campos; o servidor SANDRO BARRETO NUNES MENEZES, matrícula n° 825736-1, fiscal do Prédio da Promotoria de Penedo; o servidor MARCOS JOSÉ ABREU CAETANO, matrícula n° 826252-7, fiscal do Prédio da Promotoria de Palmeira dos Índios e o servidor WAGNER BARROS, matrícula n° 825986-0, fiscal do Prédio da Promotoria de Marechal Deodoro do Contrato n° 1/2018, firmado entre o Ministério Público do Estado de Alagoas e a empresa KISLLEY LOUREIRO DE ARAÚJO – ME (CNPJ n° 17.953.939/0001-73);

Maceió, 28 de Fevereiro de 2017.

CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL
Diretor-Geral

*REPUBLICADA

Conselho Superior do Ministério Público

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Alagoas, nos termos do art. 14, inciso XII, item 3, do Regimento Interno do CSMP/AL, torna públicas as promoções de arquivamento dos processos abaixo identificados, formuladas pelos Promotores de Justiça das respectivas Promotorias de Justiça:

1. Processo PGJ/Al 678/2018 (ICP 03/2014, Portaria 04/2014). Origem: Promotoria de Justiça de Joaquim Gomes. Interessado: Agentes Comunitários de Saúde e Edemias. Assunto: Falta de pagamento de salário de setembro de 2013.
2. Processo PGJ/Al 301/2018 (ICP 01/2013, Portaria 01/2013, PGJ 4589/2012). Origem: Promotoria de Justiça de Joaquim Gomes. Interessada: 1ª Vara do Trabalho de União dos Palmares. Assunto: Improbidade administrativa.
3. Procedimento Preparatório n.º 06.2016.0000043-0. Origem: Promotoria de Justiça de Traipu. Parte: Prefeitura Municipal de Traipu. Assunto: Violação aos princípios administrativos.
4. Procedimento Preparatório n.º 06.2018.00000207-9. Origem: Promotoria de Justiça de Traipu. Parte: Prefeitura Municipal de Traipu. Assunto: Poluição.
5. Processo PGJ/Al 169/2014. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessada: Maria Quitéria Zeferino de Melo. Assunto: Denúncia.
6. Inquérito Civil n.º 16/2013. Origem: Promotoria de Justiça de São Sebastião. Interessado: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Assunto: Crime ambiental.
7. Inquérito Civil n.º 14/2013. Origem: Promotoria de Justiça de São Sebastião. Interessado: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Assunto: Crime ambiental.
8. Processo PGJ/Al n.º 4974/2017 (Inquérito Civil Público n.º 04/2010). Origem: 16ª Promotoria de Justiça da Capital – Fazenda Municipal. Interessado: Partido Popular Socialista – PPS. Assunto: Requerendo procedimento investigatório.
9. Processo PGJ/Al n.º 4929/2017 (Processo n.º 01/2014). Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Penedo. Interessado: Lar de Nazaré. Assunto: Irregularidades.
10. Cadastro 06.2017.00000982-4 - IC - Inquérito Civil. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Penedo. Interessado: Município de Penedo. Assunto: Modalidade / Limite / Dispensa / Inexigibilidade.
11. Cadastro 06.2016.00000046-2. Origem: Promotoria de Justiça de Traipu. Interessado: Benedito Pinheiro de Moura. Assunto: Violação aos princípios administrativos.
12. Cadastro 06.2017.00000226-4 (Referente à Notícia de Fato n.º 45/2016). Origem: 62ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessada: Ana Paula Freitas Cavalcante Amaral. Assunto: Ocorrências policiais, representações de ofendido.
13. Cadastro 06.2017.00000255-3. Origem: 62ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessada: Joaquina Moreira de Almeida. Assunto: Ocorrências policiais, representações de ofendido.
14. Cadastro 06.2014.00000058-7. Origem: 2ª Promotoria de Justiça da Capital – Defesa do Consumidor. Interessado: Gilvan de Albuquerque Fernandes Gomes. Assunto: Oferta e publicidade.
15. Cadastro 06.2017.00000641-6. Origem: 62ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado: José Kotschey Reis Queiroz. Assunto: Ocorrências policiais, representações de ofendido.
16. Cadastro 06.2017.00000642-7. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de União dos Palmares. Interessado: 2º BPM – Batalhão de Polícia Militar. Assunto: Competência do Órgão Fiscalizador.
17. Cadastro 06.2017.00000777-0. Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado: Bom Preço Supermercado do Nordeste Ltda – Supermercado Todo Dia. Assunto: Recursos hídricos.

Cumprir, ainda, que os autos dos processos acima listados se encontram à disposição dos interessados, na Secretaria deste Conselho, para que a associação legitimada ou quem tenha legítimo interesse apresente, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos, conforme o comando do artigo 172 do RICSMP/AL.

Publicado em 24 de abril de 2018.

Maceió, 23 de abril de 2018

Edelzito Santos Andrade
Promotor de Justiça

Secretário do Conselho Superior do Ministério Público ad hoc

